BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Ano XXVI nº 1446 | 03/09/2018 a 09/09/2018

Tiragem desta edição **26.000 exemplares**

PRESERVAÇÃO

O CUSTO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Preservar o meio ambiente não é apenas uma obrigação prevista em lei, é um ato de extrema importância para os próprios produtores. O campo é o maior interessado na conservação. A explicação é simples. O cuidado com a manutenção das áreas verdes garante água, plantas, clima, polinização, resumindo, o equilíbrio perfeito do ecossistema, fundamental para a boa produtividade das lavouras.

Mas essa conservação tem um custo, bastante alto inclusive. De acordo com levantamento da Embrapa Territorial, os produtores rurais brasileiros gastam R$ 20 bilhões por ano para a manutenção dessas áreas. Esse montante é utilizado para cercar o local dentro das propriedades, contratação de vigilância, entre outros aspectos para garantir a segurança das áreas verdes e evitar problemas.

Apesar de muitas falácias ou *fake news*, para usar o termo do momento, um fato é incontestável: os produtores rurais são a categoria profissional que mais preserva o meio ambiente no Brasil. Informação inclusive confirmada pela Agência Espacial Americana (Nasa) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos, baseado em monitoramento por satélite. E independente do que digam ou de eventuais mudanças na forma de produzir ou na legislação, essa realidade não será alterada! Afinal, boa produção e alta produtividade dependem diretamente de um ecossistema equilibrado. E o produtor rural sabe disso!

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski,
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel, Fernando Santos e William Goldbach
Contato: *imprensa@faep.com.br*

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1446:
Fernando Santos, Appa, Felipe Santos, divulgação, Shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE

CONSERVAÇÃO
Anualmente, produtores rurais brasileiros utilizam R$ 20 bilhões na preservação ambiental dentro das propriedades
PÁG. 4

INFRAESTRUTURA
Appa mantém ritmo de investimentos em obras estratégicas dentro e fora do Porto de Paranaguá
Pág. 3

PECUÁRIA LEITEIRA
Mapa acata 17 das 36 propostas elaboradas pela FAEP e parceiros para melhoria da qualidade do leite
Pág. 8

AGRINHO SOLOS
No segundo ano de atividade, categoria do Programa amplia rede de colégios agrícolas participantes
Pág. 12

PERFIL
Produtora de Laranjal conta com os cursos do SENAR-PR para assumir a propriedade da família
Pág. 13

TRIGO
Com legislação mais rígida em 2019, cartilha orienta produtor como manejar a lavoura para evitar micotoxinas
Pág. 14

Mar calmo para investir

Appa aporta recursos em obras estratégicas dentro e fora do Porto de Paranaguá

Fregonese: continuidade ao bom trabalho desenvolvido nos portos

Principal terminal do agronegócio brasileiro, o Porto de Paranaguá, no Litoral do Estado, viveu nos últimos anos um período áureo, marcado por investimentos e obras que trouxeram melhorias inquestionáveis à operação portuária. Após seis anos com Luiz Henrique Dividino à frente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), em abril deste ano o comando da empresa pública passou para Lourenço Fregonese, que até então ocupava o posto de diretor comercial.

Em conversa com a reportagem do Boletim Informativo, Fregonese adiantou que o ritmo de investimentos não diminuiu com a saída de Dividino. Pelo contrário. Atualmente estão em andamento obras importantes, dentro e fora da área portuária, que deverão ampliar a capacidade de movimentação de cargas e facilitar o acesso rodoviário aos terminais. Para o setor agropecuário, a notícia tem importância estratégica, uma vez que o segmento representa 75% das movimentações de carga em Paranaguá.

"Já tivemos seis anos com o Dividino, que foram muito bons. Somos uma equipe que continua com as mesmas ideias e o mesmo vigor", afirmou Fregonese. Dentro do Porto já tiveram início as obras de ampliação dos berços 201 e 202 do cais Oeste. No valor de R$ 177 milhões, as melhorias estão sendo realizadas com recursos próprios da Appa. "Estamos ampliando o cais em 110 metros. Com isso será possível aumentar a capacidade de movimentação em 4,5 milhões de toneladas por ano em apenas um berço", avalia.

As melhorias dentro da área portuária também incluem a aquisição de dois novos *shiploaders* (equipamentos usados para carregar os navios de granéis) de última geração, em fase de execução. Ainda está sendo estruturado um segundo corredor de exportação no setor Oeste do porto, semelhante ao que já existe. Com isso será possível ampliar a capacidade instalada de embarque, passando dos atuais 22 milhões de toneladas por ano para 28 milhões ton/ano.

"Foi feita uma dragagem de aprofundamento que nunca havia sido feita em toda história de Paranaguá", afirmou Fregonese. Com a melhoria, hoje navios maiores podem embarcar no Porto e sair mais carregados, fato que não ocorria antes por conta do baixo calado. As obras de aprofundamento terminam dia 27 de outubro. Na sequência terá início uma dragagem de manutenção para manter a profundidade e as boas condições de navegação.

Fora da área portuária, estão em andamento obras na avenida Ayrton Senna, com a construção de um viaduto de seis metros de altura e 7,5 metros de largura. Pela mesma razão estão sendo concretados mais de 20 quilômetros da avenida Bento Munhoz da Rocha, para melhorar o tráfego de caminhões. O objetivo é facilitar o acesso de veículos ao Porto. Tudo com recursos da Appa.

Preservar a natureza custa R$ 20 bi aos produtores

Estudo da Embrapa Territorial aponta esse valor anual apenas para conservar Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Patrimônio imobilizado chega a R$ 3,1 trilhões

Ouça o áudio da matéria no nosso site
sistemafaep.org.br

A preservação ambiental em propriedades rurais tem um custo de R$ 20 bilhões ao ano. É o que aponta um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Territorial, com base nos números do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse é o valor investido apenas na manutenção dessas áreas. Se for considerado o capital imobilizado, ou seja, o total de áreas que não podem ser exploradas economicamente porque estão com vegetação, o montante chega aos R$ 3,1 trilhões. Afinal, são 218,2 milhões de hectares em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais em todo o território nacional dentro de propriedades rurais. (veja no quadro na página ao lado).

"Nenhuma categoria profissional no Brasil dedica mais tempo e dinheiro em prol do meio ambiente do que o agricultor e o pecuarista"

Gustavo Spadotti Castro,
pesquisador da Embrapa Territorial

De acordo com o pesquisador Gustavo Spadotti Castro, supervisor na Embrapa Territorial, o estudo utilizou os dados do CAR, disponibilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Os números tratam dos perímetros de cada propriedade rural e a demarcação das áreas destinadas à preservação. "Foram mais de 180 gigabytes de dados compactados para transformar esse *big data* em um *right data*, que possa gerar conclusões como esses números", comenta.

Spadotti revela que os técnicos trabalharam polígono por polígono onde estão as propriedades rurais, já excluindo as áreas de sobreposição que ocorreram ao longo do preenchimento do CAR. "Com isso, fizemos o cruzamento desse levantamento com a base de dados de preço da terra para cada local do Brasil. Fizemos isso tomando por base o fato de que o agricultor compra uma propriedade rural como um todo, com suas áreas de APP e Reserva Legal. Por isso, essas áreas preservadas chegam a esse valor de R$ 3,1 trilhões", aponta.

O pesquisador pondera que, além do valor patrimonial que não pode ser explorado economicamente, o agricultor precisa tomar uma série de medidas para que uma área de preservação ambiental cumpra esse papel. "O produtor precisa cercar o local como um todo para evitar a entrada de ladrões ou mesmo alguém que pode atear fogo. Se alguém roubar madeira, atear fogo, matar algum animal lá dentro ou qualquer coisa do tipo, o produtor será responsabilizado. Em alguns casos é preciso inclusive a contratação de vigilância constante para fazer a segurança das propriedades e evitar problemas", complementa.

A produtora rural Indianara Milléo, de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, compartilha a preocupação entre as decisões que precisam ser tomadas no ambiente dinâmico e competitivo do agronegócio atual. A região onde a produtora tem seus negócios instalados é bastante frequentada por turistas, que em alguns casos acampam trazendo risco de incêndios. "Tenho que manter alguém o tempo todo para cuidar da área. Sem contar que tive que fazer aceiros [barreiras anti-incêndio] e investir em cercas. Há uma necessidade de alerta e investimento constante. Preservar o meio ambiente não é apenas deixar o mato crescer e tudo acontecer de forma espontânea", alerta a produtora.

PANORAMA DA PRESERVAÇÃO NOS ESTADOS DO SUL E NO BRASIL

BRASIL

851,4	área total*
436,6	área dos imóveis rurais*
25,6%	das áreas preservadas totais do País estão dentro de imóveis rurais

PARANÁ

19,9	área total*
16,1	área dos imóveis rurais*
23,1%	das áreas preservadas totais do Estado estão dentro de imóveis rurais

SANTA CATARINA

9,6	área total*
7,13	área dos imóveis rurais*
27,4%	das áreas preservadas totais do Estado estão dentro de imóveis rurais

RIO GRANDE DO SUL

26,9	área total*
19,8	área dos imóveis rurais*
15,1%	das áreas preservadas totais do Estado estão dentro de imóveis rurais

*milhões de hectares

Fonte: EMBRAPA Territorial.

Categoria que mais preserva

O pesquisador da Embrapa Territorial reforça outro ponto que nem sempre entra nas análises sobre a preservação do meio ambiente. Além do recurso financeiro despendido, os produtores também dedicam tempo para a extensão tão grande de preservação em suas propriedades. “O produtor precisa ficar de olho nessas áreas para fazer manutenções e vistorias, tempo no qual ele podia estar fazendo outras coisas, trabalhando com outras tarefas dentro da propriedade rural. Mas ele destina tempo e dinheiro para a preservação do meio ambiente. Por isso é possível afirmar que nenhuma categoria profissional no Brasil dedica mais tempo e recursos em prol do meio ambiente do que o agricultor e o pecuarista”, assegura.

R$ 3,1 tri

Esse é o valor imobilizado em áreas que não podem ser exploradas economicamente

Brasil tem legislação ambiental mais rígida do mundo

Entre as principais potências do agronegócio mundial, o Brasil tem a legislação ambiental mais rígida, de acordo com o estudo do Climate Policy Initiative, vinculado ao Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas (CPI/ NAPC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O levantamento, divulgado em outubro de 2017, traz informações sobre como funcionam as Áreas de Preservação Permanente (APPs) em cada nação e quais as iniciativas para a conservação da biodiversidade em termos legais. Os brasileiros, por exemplo, são os únicos que não têm um programa de pagamento para a manutenção das APP´s, diferente da Argentina, Estados Unidos, Canadá, China, França e Alemanha, demais países que integram a abrangência da pesquisa (saiba mais no quadro da página ao lado).

Edital para o pagamento de serviços ambientais

No dia 22 de agosto, o governo estadual divulgou uma novidade sobre o pagamento por serviços ambientais, um edital para a seleção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As propriedades escolhidas que realizarem ações de melhoria do serviço ambiental previstas em um plano de manejo receberão entre R$ 10 mil e R$ 50 mil por ano, conforme as características de cada local. O prazo para inscrição nesse programa vai até 22 de setembro e poderão participar até duas RPPNs por CNPJ ou CPF.

O produtor rural Vespasiano Bitencourt, de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, tem uma RPPN há quase 20 anos, mas nunca recebeu recursos para ajudar na manutenção da área. “Nesse tempo todo, o município recebeu o ICMS ecológico gerado pelas RPPNs, que está previsto na Lei. Acredito que se essa iniciativa de pagamento realmente der certo, será algo bom para os produtores. Em todos esses anos, não tive benefício, por isso vejo com desconfiança. Mas quem sabe agora passe a dar certo. Vamos acompanhar”, relata.

Comparação das legislações sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Brasil	Argentina	Estados Unidos	Canadá	China	França	Alemanha
Obrigatórias para todos os imóveis rurais.	Não há legislação federal. Em algumas províncias o governo cria florestas protetoras.	Varia em cada Estado. Quase nenhum deles estabelece regras de proteção de APP em áreas agrícolas.	Não há legislação federal. A maioria das províncias, porém, tem regras para APPs.	Não há regras sobre APP, no entanto, o governo central pode designar uma área como floresta protetora.	Obrigatórias para agricultores que recebem auxílio financeiro da União Europeia e áreas vulneráveis ao nitrato.	Legislação nacional obriga a manutenção de APP. Além disso, leis estaduais podem ser mais rígidas

*Fonte: Estudo "Legislação florestal e de uso da terra: uma comparação internacional", do Climate Policy Initiative. | Confira a versão completa no site **www.sistemafaep.org.br**, no link Outras Edições, BI 1411.*

Ministério do Meio Ambiente inclui nova situação do CAR

Desde o dia 27 de agosto, uma nova situação está valendo no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Ministério do Meio Ambiente incluiu o CAR Suspenso, por meio da Resolução nº 3, no demonstrativo da situação das informações declaradas relativas às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. Antes o CAR só poderia estar Ativo, Pendente ou Cancelado.

A situação Suspenso poderá ser associada ao imóvel por decisão judicial ou decisão administrativa do órgão competente devidamente justificada. Ainda, qualquer modificação no cartório, solicitação de licenças no Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e recursos no banco somente com o CAR Ativo.

Ativo: o cadastro do imóvel rural será considerado Ativo após concluída a inscrição no CAR (ou seja, após o sucesso no envio do arquivo de extensão .car), enquanto estiverem sendo cumpridas as obrigações de atualização das informações cadastradas, e quando constatada, após análise a regularidade das informações relacionadas às áreas de APP, de uso restrito, de RL e de remanescentes de vegetação nativa.

Pendente: o cadastro estará Pendente quando constatada declaração incorreta; ou no caso de sobreposições do imóvel rural com Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Terras da União, áreas consideradas impeditivas, áreas embargadas, ou com outros imóveis rurais. Também quando houver notificação de irregularidades relativas às áreas de APP, de uso restrito, de RL, consolidadas e de remanescentes de vegetação nativa, enquanto não forem cumpridas as diligências notificadas aos inscritos, nos prazos determinados, ou não forem cumpridas as obrigações de atualização das informações decorrentes de notificação.

Cancelado: o cadastro do imóvel rural será Cancelado quando constatado que as informações declaradas são total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas; após o não cumprimento dos prazos estabelecidos nas notificações; ou por decisão judicial ou decisão administrativa do órgão competente, devidamente justificada.

Suspenso: a situação Suspenso poderá ser associada ao imóvel por decisão judicial ou decisão administrativa do órgão competente devidamente justificada.

Fim do prazo

O prazo para preencher o CAR termina no dia 31 de dezembro deste ano. Criado pelo novo Código Florestal Brasileiro, o preenchimento do CAR é um procedimento obrigatório a todos os imóveis rurais. O instrumento reúne informações das propriedades rurais e auxilia no processo de regularização ambiental desses imóveis. O cadastro é um pré-requisito para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e também para a obtenção de benefícios como o crédito rural.

No Paraná, conforme dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), dos 15,4 milhões de hectares passíveis de cadastro (com base no Censo do IBGE de 2006), 15,2 milhões já foram cadastrados, o que representa um total de 98,6%. Ainda de acordo com o Sicar, o Paraná até, até agosto, declarou a existência de 374.541 imóveis rurais. Destes, 343.938 (91,83%) possuem áreas com menos de quatro módulos fiscais e 30.603 (8,17%) com mais.

Desde o início, a FAEP vem promovendo treinamentos com os funcionários dos sindicatos rurais do Estado. As instituições estão preparadas para receber os produtores, tirar dúvidas e fazer o cadastro. Para saber mais, o produtor pode procurar o sindicato local ou entrar em contato com a FAEP por meio do site ***www.sistemafaep.org.br.***

Mapa acata propostas sugeridas pela FAEP

Federação, em parceria com Aliança Láctea Sul Brasileira e instituições de todos os elos da cadeia produtiva, elencou 36 sugestões, sendo que 17 foram adotadas, visando melhoria da qualidade do leite

Assista ao vídeo e ouça o audio da matéria no nosso site **sistemafaep.org.br**

Por Antonio C. Senkovski

O trabalho conjunto da FAEP e diversas instituições da cadeia leiteira (confira ao lado) teve resultado prático para os produtores da região Sul do país. Das 36 propostas elencadas em discussões da Aliança Láctea Sul Brasileira como contribuição à consulta pública das portarias nºs 38 e 39, 17 foram acatadas total ou parcialmente pelo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ambas as portarias tratam sobre parâmetros e procedimentos a serem seguidos nas diversas fases da produção, transporte e processamento de lácteos, em substituição à Instrução Normativa (IN) nº 62. Ainda, o grupo segue no esforço para que as outras contribuições também entrem na pauta do órgão federal (leia mais na próxima página), via Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados.

Essa corrente de mobilização começou em abril, quando o Mapa colocou em consulta pública as portarias mencionadas, que, além dos aspectos envolvendo as fases da produção, transporte e processamento de lácteos, definem ferramentas e espaços usados dentro da cadeia (o que é granja leiteira, contagem padrão em placas, boas práticas agropecuárias), entre outros aspectos.

O Departamento Técnico Econômico (Detec) Do Sistema FAEP/SENAR-PR acompanhou a consulta pública e participou das discussões, com o objetivo de propor adequações à nova Normativa. "Inicialmente, da maneira como foi formatada, encontramos diversos aspectos conflitantes com a realidade do setor", aponta Guilherme Souza Dias, zootecnista do Detec do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Ao longo dos 60 dias em que a consulta ficou aberta, 36 sugestões elencadas pelo setor foram enviadas ao Mapa pela FAEP e instituições parceiras. As propostas surgiram a partir dos debates promovidos para que cada segmento envolvido tivesse a possibilidade de expor sua realidade e a melhor forma de se chegar a melhorias na qualidade do leite. Assim, um documento final seguiu para o Ministério via consulta pública e Câmara Setorial, com propostas para a melhoria dos lácteos dentro de um plano escalonado e exequível.

"É importante frisar que o debate foi levado a todos os fóruns, conselhos, entidades de classe, literalmente uma enxurrada de discussões para que todos os pontos de vista fossem expostos. O resultado gerou uma série de propostas que interferem diretamente na melhor eficácia da implantação de mudanças. É preciso observar a capacidade de investimento de cada envolvido para que as novas diretrizes possam elevar a qualidade do leite nacional principal objetivo da normativa", explica Dias.

O médico veterinário do Detec do Sistema FAEP Alexan-

Reunião da Aliança Láctea na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR em Curitiba

dre Blanco salienta que a nova normativa terá abrangência nacional, e é preciso respeitar as características regionais de produção. " Na região Sul do Brasil temos temperaturas mais amenas, o que favorece e otimiza a manutenção do leite a baixas temperaturas. Minas Gerais, maior produtor nacional, apresenta temperaturas médias anuais superiores às do Sul, o que demanda maiores investimentos em equipamentos e instalações", pontua.

A qualidade do leite depende de diversos fatores da propriedade, transporte e conservação do produto no laticínio. A Normativa vem justamente para orientar esses processos para garantir a segurança alimentar do produto final.

Nesse contexto, o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP e coordenador da Aliança Láctea Sul Brasileira, Ronei Volpi, defende que o setor produtivo é o maior interessado em gerar um produto cada vez melhor. "Há muito tempo depositamos esforços para alcançarmos níveis de qualidade mais elevados no leite do Sul do Brasil", salienta.

Dificuldade

Os produtores que tentaram participar com sugestões às portarias que vão resultar na Instrução Normativa tiveram dificuldades para usar o sistema on-line do Mapa (única maneira disponibilizada para envio de contribuições). Uma das principais reclamações foi o fato de que a cada sugestão exige uma espécie de cadastro, o que torna o processo repetitivo e demorado. Valdeir Martins, pecuarista que produz leite em Londrina, revelou que não conseguiu fornecer suas considerações. "Tentei mandar minhas sugestões ao Ministério, mas é preciso usar uma ferramenta difícil na internet. Nós não estamos habituados a esse processo todo. Parece que é feito para dificultar a participação", critica.

Próximo passo

Blanco lembra que em relação aos itens não atendidos pelo Mapa, pairam dúvidas que necessitarão ser melhor debatidas antes que a IN entre em vigor. "Não há clareza sobre o que fazer em relação a um problema recorrente que é a variabilidade de produção e o leite que estiver fora do padrão estabelecido, por exemplo. O melhor para a implantação das novas normas é que seja feito um plano gradual e que se incentive o pagamento por qualidade para que em um primeiro momento se viabilize os investimentos necessários para promover o incremento da qualidade", comenta.

Segundo o Ministério, os procedimentos e destinação inerentes ao leite não conforme será estabelecido em normativa específica, a ser ainda em 2018.

Entidades que contribuíram

- FAEP
- Aliança Láctea
- APCBRH
- Emater-PR
- Adapar
- Sebrae-PR
- Sindileite-PR
- Viva Lácteos
- Ocepar
- CNA
- Entre outras

Federação reforça necessidade de reavaliação

Mesmo com o atendimento de parte das sugestões, alguns pontos críticos ainda precisam ser reavaliados pelo Mapa. Por isso, a FAEP segue mobilizada para promover o debate a respeito do tema. Um dos principais espaços de organização do setor leiteiro é a Aliança Láctea Sul Brasileira. A última reunião da entidade foi realizada em Florianópolis, Santa Catarina, no último dia 21 de agosto. Na pauta, a elevação da qualidade entrou mais uma vez.

O zootecnista Guilherme Souza Dias, do Sistema FAEP/SENAR-PR, participou da reunião. "É importante que a nova normativa defina de maneira clara qual o destino do leite não-conforme segundo os novos parâmetros de qualidade estabelecidos na nova normativa. Essa medida contribui com maior segurança tanto ao laticínio quanto ao produtor ao trazer mais transparência nas relações entre os setores", aponta.

CIDADE PROIBIDA

Famosa construção na China abrigou a família do imperador Yung Lo. Em 1925, foi transformada em Museu do Palácio e aberta à visitação pública

Uma das principais atrações turísticas da China, a Cidade Proibida é considerada uma das mais interessantes obras arquitetônicas desta antiga civilização. A construção foi elaborada durante o governo do imperador Yung Lo, o terceiro monarca da dinastia Ming. Além de compor o centro decisório do império chinês, a Cidade assinalava a distinção entre a realeza e os súditos.

A construção demorou 14 anos para ser concluída, sendo que mais de 100 mil artesãos e artífices, e um total 1 milhão de trabalhadores estiveram envolvidos. A demora faz jus à área de 720 mil metros quadrados ocupada por toda a família do imperador, um grande número de serviçais, concubinas, herdeiros e eunucos.

A Cidade Proibida está dividida em duas partes. A Corte Exterior inclui as seções do Sul, e foi usado para fins cerimoniais. A Corte Interior, com as seções do Norte, serviu de residência do Imperador e sua família e foi usa-

do para assuntos do dia-a-dia do Estado. O nome Cidade Proibida foi dado por conta do rígido sistema de segurança que controlava a saída e entrada de pessoas no local. A grande maioria dos funcionários alocados na Cidade poderia viver sem nunca colocar os pés para fora da suntuosa obra.

O portão meridional era uma das principais vias de acesso à Cidade Proibida. Somente alguns conselheiros reais, membros da classe militar e o próprio imperador tinham liberdade para entrar e sair pelos portões. Segurança era o que não faltava naquela enorme construção. Uma grande muralha com 3,4 quilômetros de extensão e 10 metros de altura protegia toda a Cidade. Além disso, um grande fosso com seis metros de profundidade evitava qualquer eventual invasão.

Nem tudo na cidade se resumia à segurança e imponência. O belo jardim imperial ocupava uma extensa área onde a família imperial passava horas meditando, jogando xadrez ou bebendo chá. Na porção central do jardim havia o Salão da Paz Imperial, uma espécie de templo religioso construído em homenagem à deusa Xuan Wu, a divindade das águas.

A especial devoção prestada à Xuan Wu era consequência de um constante problema vivido com os incêndios que aconteciam na cidade. O risco de incêndios era frequente, tendo em vista que a grande maioria das construções era feita em madeira. Além dos acidentes e fenômenos naturais que propagavam esses incêndios, muitos construtores reais provocavam incêndios criminosos com o objetivo de lucrar com a contratação de sua mão-de-obra.

Toda a decoração da Cidade Proibida era inspirada pela arte milenar do Feng Shui, um método de decoração que promete atrair bons fluidos com a disposição correta das construções e objetos. A superstição era bastante grande na decoração de todas as construções encontradas no local. A grande maioria dos telhados da cidade era pintada de amarelo, coloração associada ao poder imperial e à prosperidade. Além disso, o uso de figuras de animais distinguia a importância entre as construções arquitetônicas.

Ao longo de cinco séculos, a Cidade Proibida era o símbolo maior da supremacia e da instabilidade política de um regime controlado por um único soberano. Até 1911, 24 imperadores controlaram o vasto território chinês na clausura desta suntuosa criação arquitetônica. Depois disso, uma revolta de inspiração republicana fez com que o imperador Puyi fosse o seu "último habitante real".

Em 1925, a cidade foi transformada em Museu do Palácio e, pela primeira vez em sua história, aberta à visitação pública. A Cidade Proibida foi declarada Património Mundial pela Unesco em 1987. Com mais de 1 milhão de artefatos, mobiliário, porcelanas, armas, joias, este palácio é visitado por milhares de turistas todos os dias, tanto chineses como estrangeiros.

Educar para conservar

Agrinho Solos entra no segundo ano de atividade e amplia rede de colégios agrícolas participantes

Agrinho Solos prevê o repasse dos conhecimentos a estudantes mais jovens

O encontro da educação com a conservação está completando dois anos de existência. Em 2017, o SENAR-PR uniu o Programa Integrado de Conservação de Solos e Água (Prosolo), iniciativa do governo estadual com participação do Sistema FAEP/SENAR-PR que visa recuperar as práticas conservacionistas no Estado, ao Programa Educacional Agrinho, que há mais de 20 anos leva para as salas de aula paranaenses a discussão de temas transversais como saúde, cidadania, meio ambiente, entre outros.

O híbrido resultante desta união foi uma iniciativa inédita que trabalha especificamente os alunos dos colégios agrícolas do Estado. O objetivo é ajudar os futuros técnicos agropecuários a descobrirem sua vocação para conservação, destacando a importância do correto manejo de solo.

No ano passado participaram do programa 288 alunos do terceiro ano de seis colégios agrícolas, que trabalharam o tema "Conservação de Solos: sustentabilidade que garante o amanhã".

Uma das atividades consiste em levar para os alunos do Ensino Fundamental aquilo que foi aprendido, em um evento semelhante a um Dia de Campo. Nestas ocasiões, estudantes dos colégios agrícolas apresentaram experimentos de solo aos alunos mais jovens. Em 2017, mais de 1,3 mil alunos do ensino fundamental foram sensibilizados pela iniciativa.

2018

Neste ano uma sétima instituição aderiu à proposta, o Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná, localizado na zona rural de Francisco Beltrão. Segundo a diretora geral do colégio, Irony Cella, o programa trouxe um complemento importante para a formação dos estudantes.

"É um tipo de programa que todos deveriam fazer, ainda mais o nosso público, que 90% são filhos de agricultores", observa. Segundo ela, os alunos do colégio levaram os conhecimentos adquiridos para seis escolas do Ensino Fundamental do município, sensibilizando 1.087 crianças.

No Dia de Campo realizado pelos estudantes de Francisco Beltrão, os alunos do Ensino Fundamental percorreram um roteiro formado por seis estações: lavoura, erosão, retenção de água, compactação do solo, cobertura de solo e adubo de solo. Em cada parada, os participantes do programa utilizavam experimentos bastante simples para demonstrar os princípios básicos da conservação aos mais jovens, como por exemplo a importância de manter o solo sempre coberto para evitar a erosão.

Diferente do Agrinho convencional, no Agrinho Solos os colégios participantes recebem um kit formado por diversos equipamentos necessários para algumas práticas de campo, formado por quatro trados, uma trena de 30 metros, um clinômetro, uma estufa para secagem de solo, um GPS de mão e um jogo de peneira. O colégio vencedor do concurso no final do ano leva também um penetrômetro digital, instrumento de precisão utilizado para avaliar as condições de solo. A festa de premiação de todas as categorias será realizada no dia 5 de novembro, em Curitiba.

Como entrou no programa este ano, o colégio de Francisco Beltrão ainda não recebeu seu kit, fato que deve ocorrer em breve. "O kit é uma consequência, nosso interesse é despertar nos alunos o interesse pelo assunto e orientá-los para que eles desenvolvam as dinâmicas propostas no programa", avalia Irony.

Mudança estruturada

Administradora de empresas assume propriedade da família e encontra nos cursos do SENAR-PR o suporte técnico necessário para tocar a atividade

Jocélia encontrou no SENAR-PR um aliado de primeira hora na administração da propriedade

Mudar de área pressupõe encontrar novos desafios pela frente. Seja qual for a nova atividade, é necessário suporte e informação para ser bem-sucedidos em qualquer empreitada. Desde que foi criado, o SENAR-PR vem atuando de forma a capacitar e preparar a família rural paranaense para produzir com segurança, qualidade e produtividade, em momentos de calmaria, mudança e transformação.

Para a administradora de empresas Jocélia Rocha, o papel do SENAR-PR foi fundamental na hora de assumir o comando da propriedade da família, em Laranjal, na região Centro-Sul. "Eu não era da área rural. Meu pai sempre teve propriedade, mas só em 2014 que assumi este trabalho", conta a agora produtora, que atua com pecuária de corte.

Desde que passou a atuar no campo, Jocélia encontrou no SENAR-PR um grande aliado. "Depois que iniciei a administração da propriedade busquei saber mais sobre os cursos que se adequem à minha realidade e descobri que são inúmeros", conta a pecuarista, que faz questão de fazer os cursos junto com seus funcionários.

Capacitação

O primeiro curso foi na área de manejo de gado de corte e depois manejo de gado de leite. "Apesar de não ter leiteria, esse conhecimento veio somar na minha atividade". Na sequência vieram cursos de casqueamento e inseminação artificial e, para os próximos meses, está agendado um curso de tratorista agrícola. Com 700 animais, Jocélia trabalha com cria, recria e engorda de bovinos. Desta forma, é necessário um suporte completo para contemplar todas estas atividades.

Os resultados não tardaram aparecer. Após o curso de inseminação, um funcionário da fazenda passou a realizar o procedimento nas vacas. "Fizemos de forma gradual. Ele começou inseminando as vacas de leite, para se aprimorar, depois já entrou em uma escala um pouco maior, que são as vacas de corte. Hoje eu tenho veterinário, mas o ideal é que ele faça o diagnóstico da prenhez. A mão de obra para as inseminações eu tenho toda ela na propriedade, reduzindo custos", avalia.

Se não fosse o SENAR-PR, o acesso a estes conhecimentos seria muito mais difícil e oneroso. Jocélia conta que pesquisou outras instituições para fazer o curso de inseminação. "Vimos um em Londrina. Mas só o deslocamento já seria inviável, além do custo do curso em si. Retirar um funcionário da propriedade onera muito. No caso do SENAR, o curso é gratuito. É possível fazer num local próximo e sai muito bem instruído", avalia.

MANEJO

Cuidado com as micotoxinas

Legislação que regula limites para as substâncias ficará mais restritiva no próximo ano. Cartilha orienta produtor como manejar a lavoura para evitar doenças fúngicas

Por André Amorim

Assista ao vídeo da matéria no nosso site **sistemafaep.org.br**

Micotoxinas são substâncias tóxicas produzidas por fungos, que têm influência nos aspectos físico, odor e sabor dos alimentos. Sua presença pode causar danos à saúde do homem e dos animais, de modo que o controle é severo pelos órgãos de vigilância sanitária.

No Paraná, maior produtor de trigo do Brasil, esse tema tem grande relevância, uma vez que que o cereal encontra condições climáticas muitas vezes favoráveis ao aparecimento de doenças fúngicas e, consequentemente, de micotoxinas. Além de ser um risco para a saúde, a presença destas substâncias tem impacto econômico, pois impede a entrada dos produtos no mercado internacional.

Para orientar o setor produtivo sobre as boas práticas agrícolas que podem ser adotadas para minimizar a ocorrência destas substâncias, a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), em parceria com a Embrapa, produziu uma cartilha, com objetivo de sensibilizar os triticultores sobre as exigências da legislação em relação ao tema (veja a cartilha completa no site ***www.sistemafaep.org.br***, no link Serviços).

No Brasil, os Limites Máximos de Tolerância (LMT) para micotoxinas nos alimentos são controlados por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 07/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Inicialmente, o cronograma estipulado na medida previa reduções graduais destes limites até 2016. Graças à articulação do setor produtivo, o prazo para entrada em vigor do último limite definido ficou para 2019, de modo que o agricultor tenha mais tempo para informar-se sobre as melhores práticas para uma produção sem micotoxinas.

A principal micotoxina presente no trigo é a Desoxivalenol (DON), associado ao fungo causador da doença Giberela (*Fusarium graminearum*). Atualmente, os LMT estabelecidos pela Anvisa para DON em produtos derivados de trigo (farinha, massas, crackers, pães e biscoitos) são de 1.000 μg/kg (micrograma por quilograma), mas

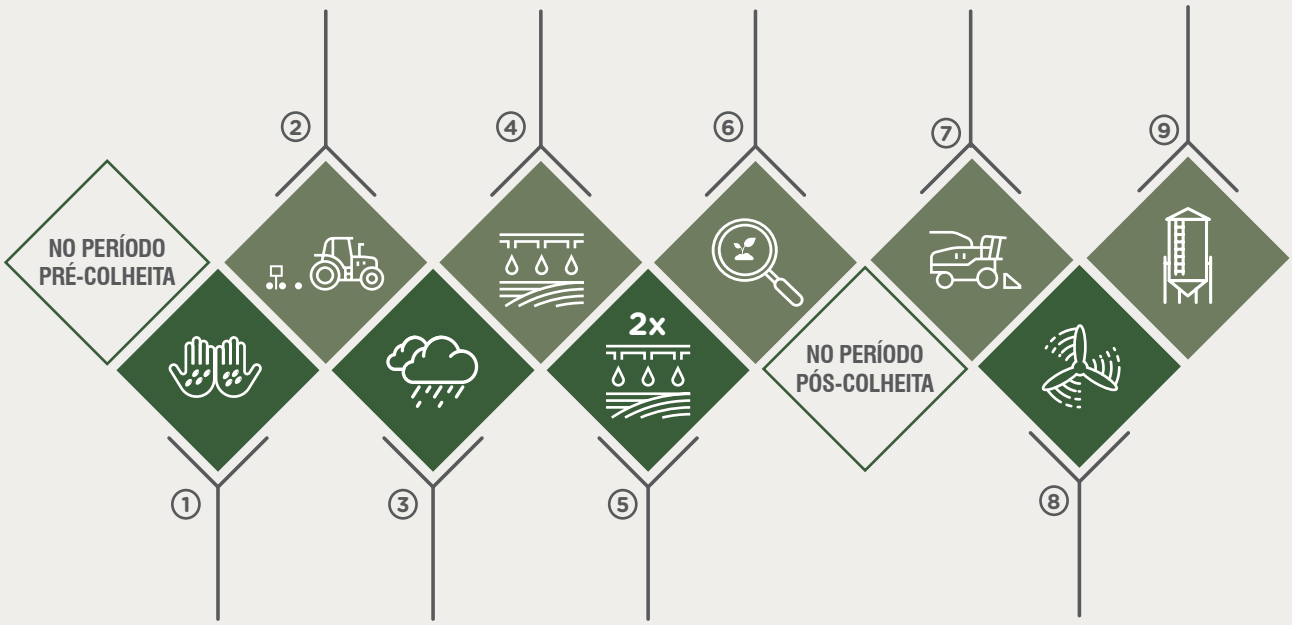
irão passar para 750 μg/kg em 2019. Para a farinha integral, os limites saem dos atuais 1.250 μg/kg para 1.000 μg/kg no próximo ano.

Manejo adequado

A cartilha da Abitrigo e da Embrapa elenca estratégias que abarcam controles genético, químico e cultural para a Giberela. A primeira consiste na escolha de cultivares mais resistentes à doença. Depois vem o controle com fungicidas, cujo momento e número de aplicações dependerá do monitoramento das condições climáticas.

A presença de fungos está relacionada ao clima úmido. O período em que as plantas estão mais vulneráveis à doença vai do início da floração até o estágio grão leitoso. De acordo com a pesquisadora Casiane Tibola, da Embrapa Trigo, outra orientação é escalonar a semeadura. "Se plantar diferentes lotes da lavoura em períodos distintos, o produtor terá áreas que não serão atingidas por chuvas no período crítico", observa.

Veja algumas dicas para evitar os fungos produtores de micotoxinas.



Fonte: Abitrigo

G7 entrega propostas aos principais candidatos ao governo do Estado

Documento construído pelo grupo formado pelas sete entidades do setor produtivo busca o desenvolvimento sustentável no campo e na cidade

No dia 27 de agosto, os três principais candidatos ao governo do Paraná, melhores posicionados em pesquisas, Cida Borghetti (PP), João Arruda (MDB) e Ratinho Júnior (PSD), receberam o documento "Políticas Estratégicas em Apoio ao Desenvolvimento do Paraná", construído a partir das demandas do G7, composto pelas sete entidades do setor produtivo (FAEP, Fecomércio, Fiep, Fecoopar, Faciap, Fetranspar e ACP). O evento ocorreu na sede do Sebrae-PR, em Curitiba. Atualmente, a Ocepar é a entidade responsável pela coordenação do G7 (a coordenação muda a cada dois anos).

"Esse documento é uma pauta sugestiva, uma referência para o plano de governo dos candidatos. Engloba ações de diferentes áreas e setores para o desenvolvimento do Estado e um compromisso com o futuro", destacou José Roberto Ricken, presidente da Ocepar e atual coordenador do G7.

Na mesma ocasião, além da entrega oficial do documento, os candidatos tiveram uma hora para apresentar ideias e propostas do seu plano de governo. O formato do evento foi bastante semelhante ao Encontro de Lideranças Sindicais, promovido pela FAEP no dia 13 de agosto, com a presença de 250 lideranças rurais, entre produtores, presidentes e representantes de sindicatos de todas as regiões do Paraná. No evento do G7, os candidatos destacaram propostas gerais para o Paraná, envolvendo as áreas da segurança, logística, educação, investimentos, emprego e, claro, agronegócio.

João Arruda

Ratinho Júnior

Cida Borghetti

De forma unânime, os três candidatos reconhecem a importância do campo para a economia estadual. Tanto que os planos de governo contam com diversas propostas para o setor, inclusive a criação de um Grupo Estratégico ligado diretamente ao gabinete do governador, de modo a ter agilidade para criar as melhores condições de investimento no agronegócio, envolvendo todas as cadeias produtivas, desde a produção até a comercialização e industrialização.

"O evento promovido pelo G7 foi mais uma oportunidade para os candidatos destacarem suas propostas para o Estado. A gente fica feliz em saber que o agronegócio permeia muitas das ideias. É fundamental que o futuro governador saiba que poderá contar com o setor, assim como o setor precisa ter a certeza que poderá contar com o apoio do governo estadual", destacou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Apresentação

A candidata Cida Borghetti foi a primeira a fazer a apresentação e destacou a necessidade de diálogo entre os setores público e privado. Inclusive, propôs o início imediato das reuniões mensais com o G7 para ouvir as contribuições das entidades do setor produtivo. "Entre nossas propostas está a realização de uma reunião mensal com o G7. Nestas ocasiões, os representantes poderão fazer suas reivindicações, pois o diálogo é o melhor caminho para o desenvolvimento", destacou a atual governadora, propondo que a primeira reunião aconteça no dia 3 de setembro.

Na sequência, na sua apresentação, o deputado federal João Arruda destacou a necessidade de investimentos em infraestrutura para alavancar a economia, como a construção de oito novos berços no Porto de Paranaguá, no Litoral do Paraná, e valorização das ferrovias como alternativa de transporte. "Também precisamos melhorar a distribuição de energia elétrica no Estado, pois o setor produtivo conta com isso. Ainda, precisamos fortalecer a inovação rural e a segurança jurídica no campo", afirmou Arruda.

O último a falar aos representes do G7 foi o deputado estadual licenciado Ratinho Júnior. O candidato falou da necessidade de o setor público auxiliar no desenvolvimento da iniciativa privada, para gerar emprego e renda para o Estado. Ainda, para realocar recursos em novos investimentos e agilizar os processos, Ratinho prometeu que irá cortar pela metade o número de secretarias. "É preciso reduzir a máquina pública para dar mais velocidade aos processos. Temos que criar um ambiente propício para trazer investimentos para o Paraná", disse.

O documento "Políticas Estratégicas em Apoio ao Desenvolvimento do Paraná" está disponível no site do Sistema FAEP/SENAR-PR (***www.sistemafaep.org.br***), no link Serviços.

Visita do vice presidente de Agronegócio do BB

No dia 30 de agosto, a diretoria da FAEP recebeu o vice presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Tarcísio Hubner, e o gerente de Negócios UT, Elondir José Biazibetti, na sede da entidade, em Curitiba. No encontro, o grupo debateu temas como a situação da safra de inverno no Paraná, perdas no milho safrinha e no trigo, a conjuntura do crédito rural no Estado e a participação do Banco, além das novas tecnologias para impulsionar a tomada pelos agricultores e pecuaristas.

Herdeiros do Campo na Expointer

Os participantes da Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias do Brasil, realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre o Programa Herdeiros do Campo, desenvolvido pelo SENAR-PR, para a sucessão familiar no campo. A palestra da coordenadora do Programa Luciana Matsuguma destacou os principais pontos do curso disponibilizado aos produtores paranaenses. A iniciativa foi lançada em 2016, quando o projeto-piloto reuniu cinco turmas. Desde então, já são mais de 60 turmas realizadas em todas as regiões do Estado e centenas de famílias atingidas.

Regulamento do PER

O regulamento do Concurso para a escolha do melhor projeto do Programa Empreendedor Rural (PER) 2018 já está disponível no site do Sistema FAEP/SENAR-PR (***www.sistemafaep.org.br***), no link Serviços. O documento traz todos os detalhes das inscrições, seleção, critérios e premiação. O resultado com os 10 finalistas do Concurso estará disponível a partir de 12 de novembro. O anúncio dos três melhores projetos irá ocorrer na festa de encerramento do PER, no dia 14 de dezembro, em Curitiba.

Projeto Leite Mais Arenito

O SENAR-PR foi parceiro no módulo de Gestão de Propriedades do treinamento Gestão da Sanidade do Rebanho Leiteiro, que faz parte da capacitação modular no modelo de Assistência Técnica do Projeto Leite Mais Arenito. No treinamento em Paranavaí, surgiu a parceria com os pesquisadores do Iapar na mobilização de treinamentos ao produtor nas regiões Noroeste e Oeste. Assim, SENAR-PR e Iapar irão promover o módulo de Gestão da Sanidade do Rebanho, com conteúdo que aborda desde programa sanitário, quadro de vacinações, controle de endorapasitas, carrapato e mosca, até Portarias Sanitárias Vigentes.

Capacitação em drones

Entre os dias 20 e 24 de agosto, o SENAR-PR promoveu a Formação de Instrutores de Operação de Drones como Tecnologia de Precisão (Projeto 169), no Centro de Treinamento Agropecuário de Ibiporã (CTA). No primeiro trimestre de 2019, quando o curso estiver disponível no catálogo da entidade, produtores que participarem da capacitação poderão utilizar o drone de acordo com a legislação, além do uso como ferramenta de gestão da propriedade.

Vencimento da última parcela do Pesa

Os produtores que aderiram ao Programa Especial de Securitização Agrícola (Pesa), entre 1998 e 2000, estão tendo seus contratos finalizados a partir deste ano. Alguns agricultores têm sido surpreendidos com a antecipação da data de vencimento da última parcela e liquidação do contrato. O motivo da antecipação no vencimento desta última parcela, em alguns casos, ocorre pela diferença de datas da formalização à adesão ao programa e a emissão dos Certificados do Tesouro Nacional (CTN), vinculados ao Pesa.

Alguns produtores, que pagaram rigorosamente as 19 primeiras parcelas no 1º de agosto de cada ano, foram surpreendidos com o vencimento da 20ª em 1º de julho, um mês antes. O resultado é o atraso e a perda do bônus de adimplência sobre a parcela paga no vencimento. Também pode haver uma diferença no cálculo do principal da dívida, que será quitada por meio do resgate das CTN's pelo Tesouro Nacional.

Para saber a data de vencimento correta, basta verificar no contrato a identificação dos títulos emitidos, as CTN's. O código do título indica seu vencimento, sendo que os dois primeiros dígitos são o ano e os dois últimos o mês. O vencimento será sempre no dia 1º deste mês.

Dúvidas sobre o Programa podem ser esclarecidas no site do Tesouro Nacional (***www.tesouro.fazenda.gov.br***) ou com o técnico do Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR Jefrey Kleine Albers, no telefone (41) 2169-7996 ou pelo e-mail jefrey.albers@senarpr.org.br.

FUNDEPEC PR
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/07/2018

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	173,54		-		-	-	21,15	152,39
Serviços D.S.A.	403.544,18		-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	42.371.622,51	-	2.341.952,64	-	49.011.008,21
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.385.510,47	-	192.156,99	-	16.727.279,30
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.251.998,65	-	-	-	8.076.533,28
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	165.900,30	-	-	-	243.223,08
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	16.275,00	-	-	-	22.113,61
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	208.193,85	-	-	-	292.201,76
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-		77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-		-	141.031,00
TOTAL	**20.744.355,54**	**4.624.105,00**	**141.031,00**	**51.538.181,87**	**542.225,27**	**2.675.140,63**	**77.588,58**	**74.294.944,20**
SALDO LÍQUIDO TOTAL								**74.294.944,20**

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

JURANDA

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

O curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal – classificação de grãos – milho, realizado pelo Sindicato Rural de Juranda, ocorreu no dia 21 de maio. Na ocasião, o instrutor Ramon Ponce Martins capacitou nove pessoas.

PORECATU

PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Porecatu promoveu o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação, nos dias 11 e 12 de junho. Um grupo de 11 participantes foi treinado pela instrutora Celeste de Oliveira Mello.

RIBEIRÃO DO PINHAL

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

No dia 15 de junho, o Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou o curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal – classificação de grãos – milho. A instrutora Ellen Karine Roco Piffer de Medeiros Buso treinou 10 pessoas.

PRESIDENTE CASTELO BRANCO

JAA

O Sindicato Rural de Mandaguaçu e O Centro Cultural Nilza Gasparotto Faccin promoveram o curso JAA – Jovem Agricultor Aprendiz – cenário agrossilvipastoril - preparando para gestão (turma da tarde), entre os dias 18 de abril e 23 de agosto. Um grupo de 23 jovens trabalhou com o instrutor Adriano Mesquita.

PALOTINA

GESTÃO DE PESSOAS

Um grupo de 13 pessoas participou do curso Gestão de Pessoas – comunicação e técnicas de apresentação, promovido pelo Sindicato Rural de Palotina e pela UFPR – Setor Palotina, nos dias 8 e 9 de maio. A instrutora foi Maria José Andreacci Zuleger.

CAMPINA DA LAGOA

JAA

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso JAA – Jovem Agricultor Aprendiz - cenário agrossilvipastoril – preparando para gestão (turma da tarde), entre os dias 28 de fevereiro e 4 de julho. O instrutor Francisco Leite Santos Júnior trabalhou com 17 jovens.

CAMPO DO TENENTE

TRABALHADOR EM REFLORESTAMENTO

Nos dias 21 e 22 de junho, o Sindicato Rural de Campo do Tenente e a empresa Arauco promoveram o curso Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas) – prevenção e combate aos incêndios florestais. O instrutor Qohelet José Ianiski Veres treinou 13 participantes.

CORONEL VIVIDA

PANIFICAÇÃO

O curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação ocorreu nos dias 12 e 13 de junho, por organização do Sindicato Rural de Coronel Vivida, Secretaria da Agricultura e Vigilância Sanitária. A instrutora Ednilza Godoy Vieira capacitou 13 pessoas.

Tubarão centenário

Originário dos oceanos Ártico e Atlântico Norte, o tubarão da Groelândia, segundo maior carnívoro da espécie, pode viver por séculos. Os exemplares da espécie com mais idade já registrados alcançaram 335 e 392 anos. O que justifica a longevidade desses animais é a temperatura da água em que vivem, quase gélidas.

Aqui é bom de se viver

A capital austríaca Viena foi eleita, pelo ranking anual da empresa britânica Economist Intelligence Unit, como a melhor cidade para se viver em 2018. O ranking avalia quesitos como educação, cultura, segurança e estabilidade financeira. No top 100, apenas duas cidades brasileiras aparecem: São Paulo e Rio de Janeiro.

Casal bucólico

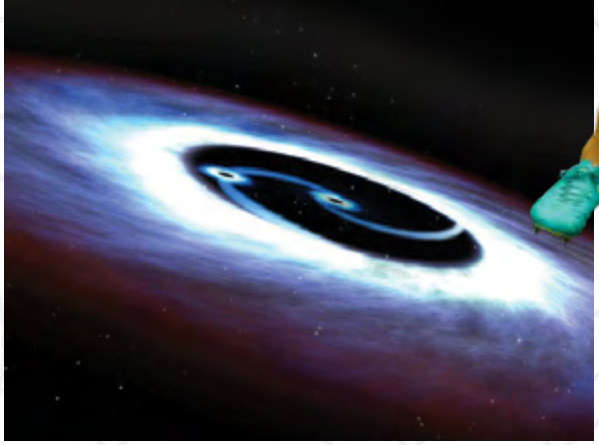
O velhinho está tirando um cochilo no sofá de sua casa de campo quando, de repente, vê um veadinho correndo pelo pasto.
Imediatamente o velhinho grita para a mulher que está tomando banho:
- Véia, vem ver o veadinho que está lá fora!
A velhinha grita de volta:
- Ei véio besta, não é um veado, é uma vaca!
Em seguida, o velho responde:
- Sua toupeira, é pra você olhar pra fora, não no espelho!

Quem disse que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar?

Se você quiser saber se um raio cai duas vezes no mesmo lugar, pergunte para a estadunidense Beth Peterson, de 49 anos. A brava mulher incrivelmente sobreviveu após ser atingida por dois raios em sua vida. O primeiro foi aos 24 anos de idade e o segundo, um ano depois.

Quase contraditório

Quasar é uma espécie de buraco negro formado pela colisão de duas galáxias e, por se alimentar de outros astros luminosos, emite radiação e uma luz muito forte. Parece contraditório para um buraco negro, mas o Quasar só emite luz devido a presença de gases absorvidos do atrito e calor. Se existisse um desses na nossa galáxia, a Via Láctea, seu brilho seria dez vezes mais intenso que o da Lua.



Gol de goleiro

O goleiro bósnio Asmir Begovic, em 2013, teve a proeza de marcar um gol estando em sua própria área, fazendo a bola atravessar os 91 metros do campo até balançar a rede do gol adversário. O lance aconteceu aos 13 segundos do jogo entre Southampton e o Stoke City, time defendido pelo arqueiro, durante o Campeonato Inglês. O jogo terminou empatado em 1 a 1. Begovic entrou para o Livro dos Recordes pelo gol de maior distância.

UMA SIMPLES FOTO

Pizza

A pizza está na culinária há muito tempo. No antigo Egito, há 6 mil anos, quando era apenas farinha e água, era chamada de "piscea", muito parecido com o pão sírio que conhecemos hoje. Os fenícios consumiam com carne e cebola. Somente após as expedições à América que os italianos incorporaram o tomate e assumiu o formato redondo que conhecemos hoje.

ITR 2018

Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

FAÇA SUA
DECLARAÇÃO DO ITR NO
SINDICATO RURAL

PRAZO PARA ENTREGA
28 DE SETEMBRO

É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO.
Sem a declaração do ITR, o produtor não obtém a Certidão Negativa de Débito.

Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço Insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/_____ _____
Em ____/____/_____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais